

Garantia da entrega de alimentos seguros

Gabriel Alves Maciel¹
Marlene de Araújo²

O agronegócio brasileiro encontra-se empenhado no esforço de consolidação de suas vantagens competitivas no mercado internacional e na melhoria da qualidade e segurança dos alimentos para o mercado externo e interno. No segmento dos produtos de origem vegetal, o Brasil é o primeiro em produção e exportação de açúcar, laranja e café, o segundo no ranking de exportação de soja e álcool e está crescendo, anualmente, no segmento de produtos de origem animal em mercados da Ásia e países da Europa Central (Rússia), especialmente em carne bovina e aves. Apesar da ocorrência da febre aftosa no Mato Grosso do Sul e no Paraná, a exportação brasileira de carnes teve um incremento de 31% em relação a 2004, com o faturamento de 8.06 bilhões de dólares. O que demonstra que o agronegócio é um dos mais dinâmicos e competitivos setores da economia, em termos de contribuição para o desenvolvimento nacional.

A despeito das regulamentações sanitárias e fitossanitárias que, independentemente de sua legitimidade, impedem o acesso a mercados, os resultados alcançados no ano de 2005 só foram possíveis, dentre outras coisas, pelo estabelecimento de uma relação de confiança e credibilidade entre consumidores e produtores, importadores e exportadores, assim como entre seus respectivos governos, quanto à qualidade e sanidade dos produtos comercializados.

Essa confiança é, em geral, assegurada pelo cumprimento de normas fixadas pelos países compradores ou por acordos internacionais, pelas

quais os serviços nacionais de inspeção e defesa sanitária têm a obrigação de zelar. Eventuais falhas e descumprimentos de normas nesses serviços costumam ter conseqüências desastrosas para os agentes econômicos envolvidos, uma vez que, muito além dos danos causados, é normalmente custoso e demorado recuperar a credibilidade perdida.

Atualmente, esse é o problema para os exportadores das carnes brasileiras, porque vários países não aceitam a argumentação do Brasil de que alguns estados ou regiões específicas deveriam ser considerados livres de febre aftosa, mesmo quando ocorrem focos isolados em outras regiões do País.

O segmento de produtos de origem animal expandiu rapidamente, nos últimos anos, colocando os sistemas oficiais de saúde e inspeção sanitária do Brasil sob pressão e alerta, porque os países industrializados, em função de novas evidências científicas, aumentaram em razão da pressão de seus consumidores por alimentos seguros e o bioterrorismo (11 de setembro), que elevaram o rigor na definição de padrões para controle de resíduos químicos em produtos agropecuários, porém, nem sempre conseguimos acompanhar o ritmo imposto pela evolução dos negócios, especialmente na exportação.

Na comercialização de grãos, a ampliação do comércio internacional traz a constante possibilidade de entrada de novas pragas no País. Assim, quanto mais aberto é o mercado, mais vulnerável ele fica e maior é a responsabilidade da defesa agropecuária exigindo aumento das

¹ Secretário da Defesa Agropecuária, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

² Mestre em Gestão em Ciência e Tecnologia e editora da Revista de Política Agrícola, Mapa.

ações de vigilância, inspeção e fiscalização nos portos, aeroportos e fronteiras do País.

Nas relações comerciais para o setor vegetal, os novos padrões de consumo alimentar exigem mudanças de percepção e de papéis para as pequenas e médias empresas que precisam introduzir novas práticas produtivas, como: boas práticas agrícolas; planos de análise dos perigos e pontos críticos de controle (APPCC) e até análise de risco e adoção de medidas relacionadas à proteção do meio ambiente, visando respeitar o princípio da precaução e da sustentabilidade, entre outras.

As empresas de distribuição precisam informar os clientes e, portanto, necessitam dos métodos de identificação de origem e, para tanto, os governos necessitam de novas formas de reorganização das cadeias agroalimentares, adoção de métodos de laboratórios para controle sanitário ou agropecuário de domínio público, portanto passíveis de auditoria e inspeção por parceiros comerciais, privilegiando assim a transparência, como também a atualização da regulação entre os atores.

Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) adotar essa visão de regulador moderno do agronegócio, menos preocupado com fomento para ampliar quantidade e mais voltado para produção de alimentos seguros e de qualidade (não contaminados química, nutricional e microbiologicamente), com a manutenção do foco em toda a cadeia produtiva, com atenção aos perigos e atuando no controle do campo à mesa, é fundamental que o plano de ação governamental seja estratégico: com maior recursos, clareza de objetivos e ações.

Com a introdução das agências reguladoras, no período da Reforma do Estado, alguns objetivos e ações ficaram difusos, sem definição clara de responsabilidades limitando, assim, a independência institucional de alguns órgãos do governo e provocando prejuízos para a saúde pública. Na ação conjunta entre as instituições deve-se atender às evidentes preocupações com as necessidades imediatas, mas tendo como foco principal o encaminhamento de soluções estratégicas de longo prazo, de caráter progressivo e permanente, visando como resultado final o aumento da efetividade dos serviços de defesa sanitária, de

forma a atingir ou mesmo superar os melhores padrões internacionais.

Com esse propósito foi elaborado - de forma participativa com representantes dos segmentos do agronegócio, técnicos especializados, gestores da Secretaria de Defesa Agropecuária, agências estaduais e municipais de agricultura, com apoio da Assessoria de Gestão Estratégica do Mapa - um plano de ação para 2006, que tenta atacar alguns fatores críticos atuais para atender às novas exigências do cenário nacional e internacional. As ações indicadas no encontro entre os representantes do agronegócio brasileiro com o Mapa foram:

1. Atualizar a legislação brasileira sobre defesa sanitária, racionalizá-la e criar formas para torná-la efetiva.
2. Assegurar que o governo federal garanta recursos financeiros suficientes para operação satisfatória do Sistema Nacional de Defesa Sanitária nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal).
3. Garantir a continuidade das ações de prevenção e controle doenças e pragas na área vegetal e animal.
4. Rever e atualizar a estrutura operacional (métodos, equipamentos e redes de laboratórios) e organizacional da Defesa Sanitária (animal e vegetal).
5. Ampliar, modernizar e fortalecer a articulação operacional entre os componentes do sistema (entre os órgãos do governo federal, estados e municípios).
6. Implantar e ampliar a comunicação da Defesa Sanitária (animal e vegetal) com a sociedade brasileira, em especial enfatizando a educação sanitária.
7. Ampliar, atualizar e capacitar em novos conhecimentos e habilidades o pessoal da Defesa Sanitária (animal e vegetal).

As ações indicadas no encontro demonstram claramente que a ampliação e manutenção da competitividade do agronegócio brasileiro passam por uma Defesa Sanitária fortalecida legalmente, moderna tecnicamente e bem articulada com a sociedade. Esse salto institucional qualitativo necessita de apoio político e de investimentos em infra-estrutura e pessoas.